



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

RELATÓRIO DE IMPACTOS DA CRISE SOCIOCLIMÁTICA AOS POVOS INDÍGENAS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)

EDUARDO LEITE
Governador do Estado

RONALDO SANTINI
Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural

GIOVANI BATISTA FELTES
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação

**Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural –
Emater/RS**

Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – Ascar

MARA HELENA SAALFELD
Presidente da Emater/RS
Superintendente Geral da Ascar

CLAUDINEI MOISÉS BALDISSERA
Diretor Técnico da Emater/RS
Superintendente Técnico da Ascar

ALEXANDRE BRUNO ARRAIS DURANS
Diretor Administrativo da Emater/RS
Superintendente Administrativo da Ascar

Gerente Técnico: Marcelo Antônio A. Brandoli

Gerentes Adjuntos Técnicos: Luis Bohn e Maria Elizabete Bonadiman Aguiar

Coordenação/Elaboração: Gerência Técnica – GET (Núcleo de Desenvolvimento Social – NDS)

Revisão textual: Giselle Liana Fetter (Assessora)

Todos os direitos reservados à

EMATER/RS-ASCAR

Rua Botafogo, 1051 - 90150-053 - Porto Alegre/RS – Brasil

 (51) 2125-3000

 www.emater.tche.br

 /EmaterRS

 Ematerrrs

 EmaterRS

RELATÓRIO DE PERDAS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Período: 1º a 23 de maio de 2024

Responsável pela elaboração: Mariana de Andrade Soares

1 APRESENTAÇÃO

O formulário para o levantamento de perdas nas aldeias indígenas, elaborado pela Gerência Técnica da Emater/RS-Ascar, foi enviado para os municípios que possuem planejamento institucional na atividade de ATERS Indígenas no seu respectivo Sistema de Planejamento – SISPLAN.

Ao todo, 69 municípios responderam ao levantamento, pertencentes a 12 regiões administrativas da Emater/RS-Ascar (Bagé, Caxias do Sul, Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa e Soledade). Os dados foram coletados pelo(a)s extensionistas rurais (agropecuário e/ou social) dos escritórios municipais da Emater/RS-Ascar, através do contato com as lideranças/famílias indígenas e/ou atores locais. Metodologicamente, o formulário foi disponibilizado na plataforma *Forms*, cujos dados foram agrupados e analisados na abrangência do Estado.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Rio Grande do Sul, há quatro povos indígenas reconhecidos oficialmente: Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng, cujas aldeias estão presentes em 72 municípios¹, em todas as regiões do Estado.

Segundo dados do Cadastro Único da Assistência Social (referência abril/2024), há **6.940 famílias indígenas em situação de extrema pobreza e de pobreza** no Rio Grande do Sul, que, para além da vulnerabilidade estritamente econômica (recorte pela renda *per capita*/família), inclui também a dimensão ambiental (territorial), cultural e social.

A partir de uma análise qualitativa das realidades vivenciadas pelas famílias indígenas no Estado, respeitando as suas diferenças étnico-culturais e reconhecendo suas situações fundiárias distintas, pode-se afirmar que suas vulnerabilidades são decorrentes da falta de políticas públicas (estruturantes e emergenciais) e de garantia de seus direitos.

Nesse sentido, os impactos das chuvas e cheias extremas, ocorridas entre 1º e 23 de maio de 2024, foram mais graves para as famílias Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng em função da pré-existência de vulnerabilidades, principalmente no que tange às condições de suas moradias e infraestrutura comunitária (abastecimento de água, estradas, rede de energia elétrica, sistema de comunicação, entre outros), aos seus meios de produção e gestão de recursos naturais, assim como às suas formas de obtenção de renda.

¹ A Emater/RS-Ascar não possui planejamento de ATERS Indígenas em todos os municípios com presença indígena, em função da própria dinâmica de circulação e organização das famílias, sendo que, especificamente, no município de Aceguá, atualmente, não há famílias indígenas. Não foi realizado o levantamento de perdas nas aldeias indígenas nos municípios de São Gabriel e Rodeio Bonito.

3 RESULTADOS

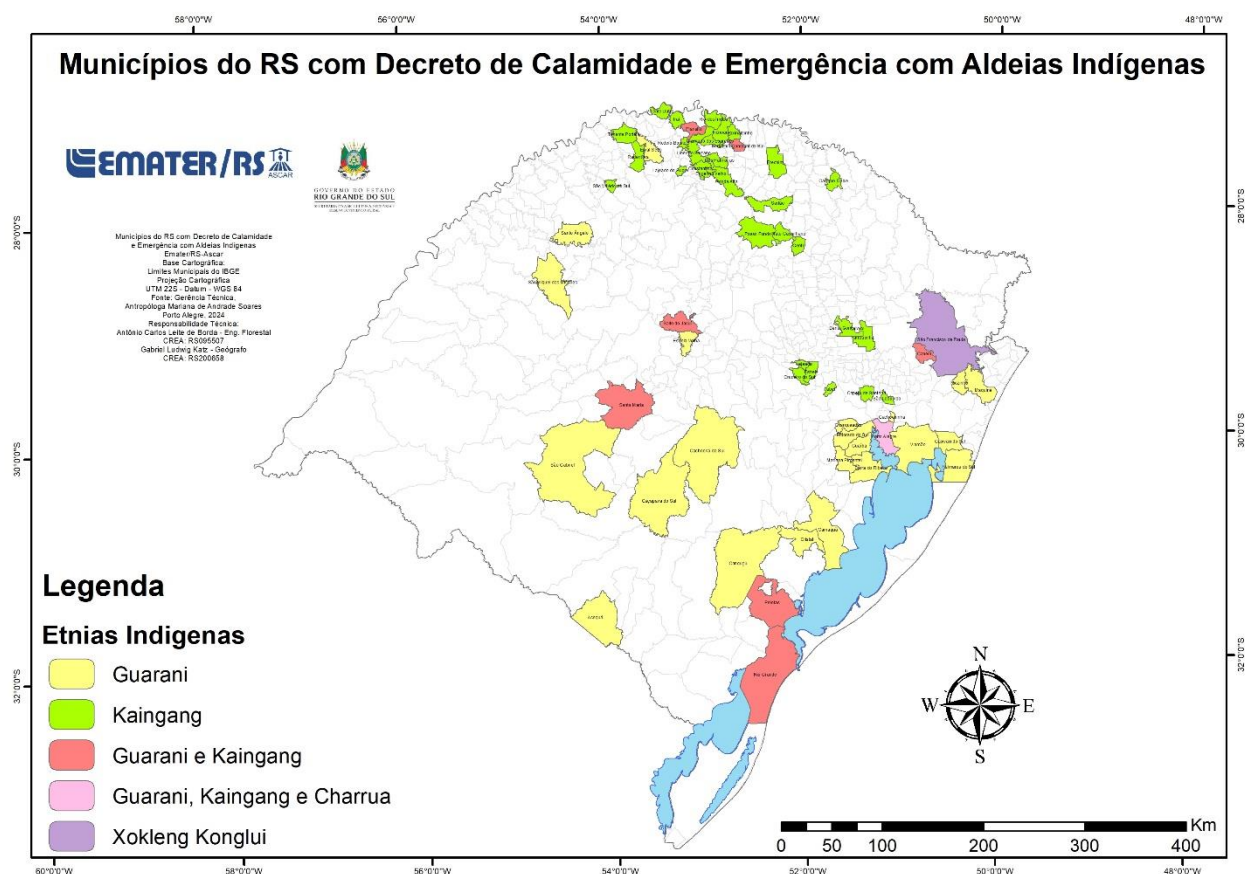
Conforme Decreto N° 57.626, de 21 de maio de 2024, 78 municípios declararam estado de calamidade e 340, situação de emergência. A seguir, apresenta-se o número de municípios com presença de aldeias indígenas de acordo com a situação decretada.

Tabela 1 – N° de municípios em calamidade/emergência com presença de aldeias indígenas

Municípios	N° de municípios	N° de municípios com presença indígena
Em estado de calamidade	78	15
Em situação de emergência	340	47
TOTAL		62

De acordo com o levantamento acima, constata-se que 92% das aldeias indígenas no Estado² estão localizadas em 62 municípios que decretaram situação de calamidade ou emergência, devido às chuvas e cheias extremas.

Figura 1 – Mapa dos municípios com decreto de calamidade e emergência com presença de aldeias indígenas

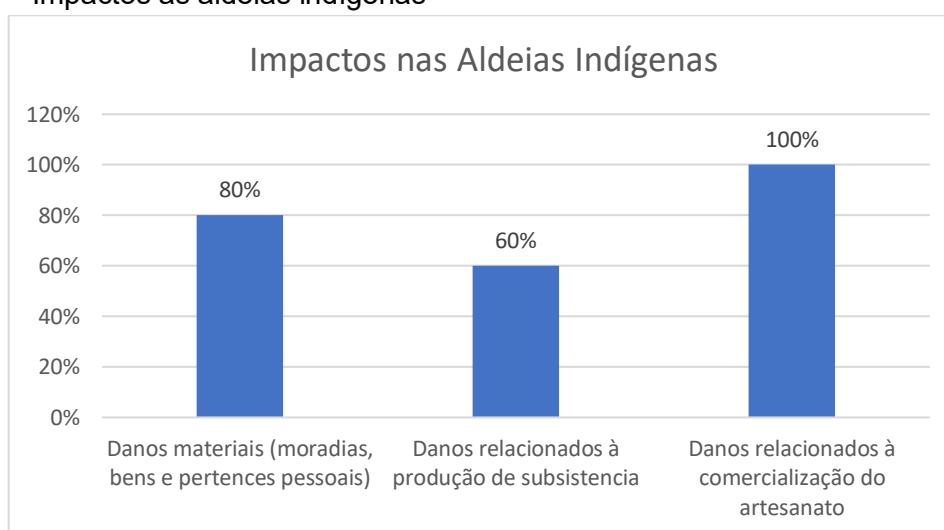


² Segundo dados da Emater/RS-Ascar, representando 147 aldeias, incluindo os quatro povos indígenas.

Os dados da Emater/RS-Ascar, apresentados a seguir, buscaram dar visibilidade aos impactos da crise socioclimática nas aldeias indígenas especificamente localizadas nos municípios que decretaram calamidade e emergência no Estado. Destaca-se que os dados são preliminares, pois as chuvas intensas ainda estão presentes no Estado e, de forma heterogênea, nos municípios/regiões, podendo ter uma variação. Portanto, é necessário o acompanhamento, bem como o aprofundamento para sua qualificação.

Os impactos foram analisados e divididos em três questões principais: 1) danos materiais (parcial e total), incluindo as moradias, os bens e/ou pertences pessoais; 2) danos relacionados à produção de subsistência pelas famílias indígenas; e 3) danos relacionados à principal fonte de obtenção de renda das famílias indígenas, ou seja, a comercialização do artesanato, cujos resultados estão no quadro a seguir:

Gráfico 1 – Impactos às aldeias indígenas



3.1 Danos materiais (parcial ou total) a moradias, bens e/ou pertences pessoais

Dentre as aldeias indígenas localizadas nos municípios que decretaram situação de calamidade e emergência, 80% sofreram algum dano material em suas moradias, bens e/ou pertences pessoais.

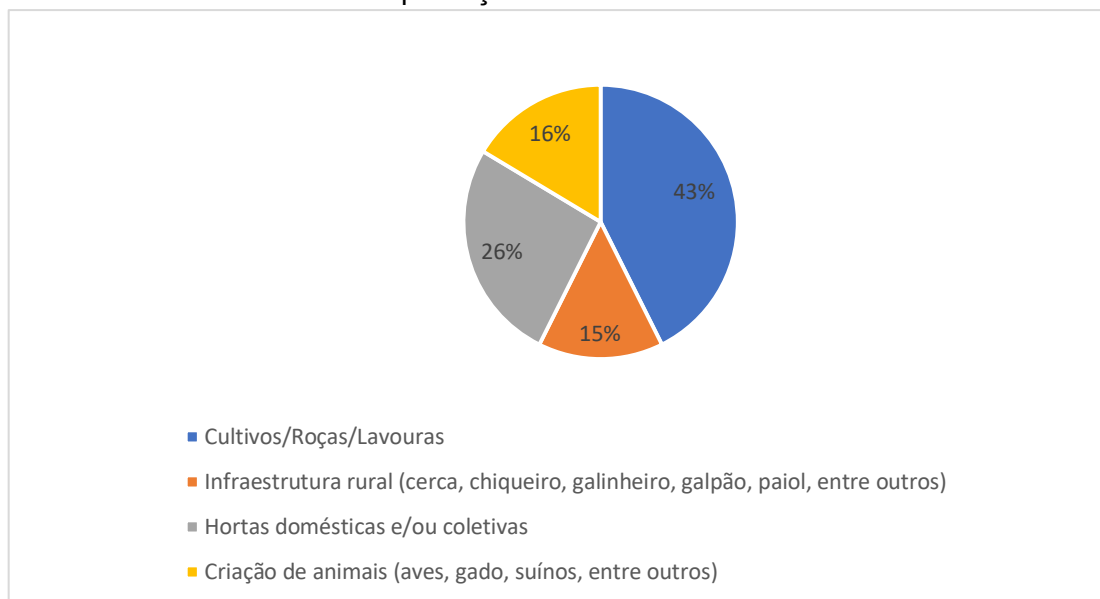
Em relação a moradias, as chuvas e cheias extremas provocaram danos parciais e/ou totais em decorrência de alagamentos, presença de goteiras e/ou destelhamentos, gerando maiores impactos em razão de já haver condições precárias. Além disso, houve perdas de móveis, eletrodomésticos, colchões, roupas e demais pertences pessoais.

3.2 Danos relacionados à produção de subsistência pelas famílias indígenas

No que tange aos danos relacionados à produção de alimentos, 60% das aldeias indígenas localizadas nos municípios que decretaram situação de calamidade ou emergência sofreram impactos nos seus cultivos/roças/lavouras, principalmente da cultura do feijão; nas suas hortas domésticas e/ou coletivas; na criação de pequenos animais (aves, gado, suínos, entre outros); e na infraestrutura rural (cerca, chiqueiro, galinheiro, galpão, paiol, entre outros).

As perdas, no entanto, não se distribuíram uniformemente pelas aldeias indígenas no Estado, assim como não impactaram na mesma intensidade as famílias. Cabe também contextualizar que o evento climático ocorreu na transição da cultura de verão e início da cultura de inverno o que, para o caso das aldeias indígenas, impactou a sua produção de subsistência, em algumas situações, representando a perda de sua única reserva de alimentos, inclusive havendo um impacto sobre as estratégias de reprodução e manutenção de suas sementes tradicionais. No Gráfico 2, a seguir, estão apresentados os percentuais de danos à produção:

Gráfico 2 – Danos relacionados à produção de subsistência



Três questões diretamente relacionadas à produção de subsistência nas aldeias indígenas foram apontadas pelo(a)s extensionistas rurais da Emater/RS-Ascar. A primeira delas se refere ao próprio índice dos danos dentro das aldeias indígenas, uma vez que algumas delas não dispõem ou possuem área limitada para produção de alimentos. A segunda questão, mesmo que ainda não seja possível avaliar a dimensão, mas apenas observar, está relacionada à perda da fertilidade do solo e aos processos de erosão nas aldeias indígenas, o que poderá impactar sobre as condições futuras para a produção de alimentos por parte das famílias indígenas. Já a terceira questão aponta para o agravamento da insegurança alimentar das famílias indígenas diante dos impactos da crise socioclimática que, para além da garantia de uma política emergencial de doação de alimentos, como as cestas básicas, deve-se incluir alimentos não perecíveis (proteína animal, frutas e verduras), em conformidade com sua dieta alimentar e cultural. Isso se justifica pela alta dependência externa de alimentos das famílias indígenas, em sua maioria industrializados e processados, que já incidem sobre a mudança na sua dieta alimentar e no aumento de doenças crônicas, como hipertensão, obesidade, diabetes e câncer.

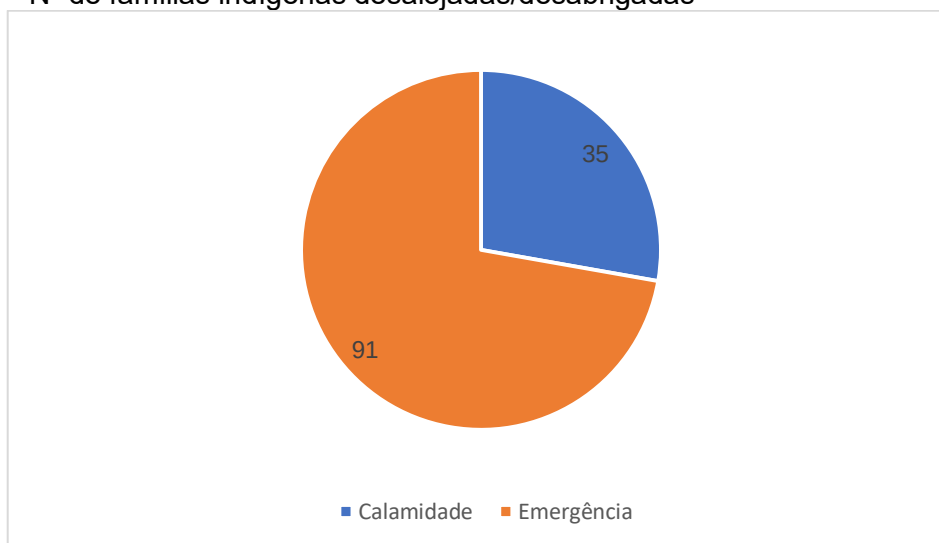
3.3 Danos relacionados a principal fonte de obtenção de renda das famílias indígenas (comercialização do artesanato)

Acerca dos danos (diretos ou indiretos) relacionados à principal fonte de obtenção de renda, ou seja, a comercialização do artesanato, 100% das aldeias indígenas localizadas nos municípios que decretaram situação de calamidade e emergência foram afetadas. Cabe destacar que, em todas as aldeias indígenas no Estado, há artesã(o)s para os quais a comercialização do artesanato representa a principal e/ou complementar fonte de obtenção de renda. Além disso, muitas aldeias indígenas, principalmente para aquelas em situação de acampamento, localizadas na Região Metropolitana e/ou com área limitada de produção, a comercialização do artesanato representa a principal forma de obtenção de renda para o conjunto das famílias e, portanto, sustento da própria comunidade.

Em termos de impactos, as famílias indígenas perderam peças confeccionadas e materiais já coletados e/ou adquiridos em função da umidade e/ou do contato com a água. O(a)s artesã(os) estão com dificuldades e/ou impossibilidade de acesso aos locais de coleta de matérias-primas e de circulação para comercialização do artesanato nos municípios para a venda direta ao consumidor ou em feiras e eventos (adiados e cancelados). Além disso, como as chuvas e cheias extremas atingiram quase a totalidade dos municípios no Estado, importantes espaços de comercialização, principalmente na capital e na Região Metropolitana, estão inundados, impossibilitando o acesso pelos artesã(o)s indígenas. Outro aspecto a ser destacado é a dimensão do impacto da crise socioclimática sobre a população gaúcha, cujas perdas e a necessidade de reconstrução incidirão diretamente numa redução no consumo de artesanato indígena, uma vez que não se trata de um bem essencial, embora o artesanato indígena não seja um simples objeto ou mercadoria.

Além da análise dos danos, a Emater/RS-Ascar também registrou o número de famílias indígenas desalojadas/desabrigadas, ou seja, a situação que envolveu a retirada da família de sua moradia temporariamente por danos ou perda total. O Gráfico 3, a seguir, apresenta a distribuição nos municípios com decreto de calamidade ou situação de emergência:

Gráfico 3 – Nº de famílias indígenas desalojadas/desabrigadas



(Etnias Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng)

Nos municípios que decretaram situação de calamidade, a Emater/RS-Ascar registrou o total de 91 famílias indígenas desalojadas/desabrigadas, envolvendo os municípios de Barra do Ribeiro, Cacique Doble, Capivari do Sul, Constantina, Engenho Velho, Estrela Velha, Mato Castelhana e São Francisco de Paula. Já nos municípios que decretaram situação de emergência, foram desalojadas/desabrigadas 35 famílias, incluindo os municípios de Eldorado do Sul, Porto Alegre e São Leopoldo.

Cabe destacar também que famílias indígenas ficaram ou ainda estão isoladas devido a alagamentos, destruição e/ou obstrução de estradas e/ou estruturas (pontes, etc.), que impossibilitaram o acesso as suas aldeias (parcial ou total).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Emater/RS-Ascar, levando em conta a caracterização do seu serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no assessoramento e garantia de direitos, aponta os seguintes desafios, a partir dos impactos da crise socioclimática aos quatro povos indígenas no Estado – Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng:

- Necessidade de acompanhamento, monitoramento e qualificação dos dados sobre os impactos da crise socioclimática aos povos indígenas, como forma de subsídio para a formulação de políticas públicas;
- Convergência de ações entre a União, Estado e municípios, garantindo o protagonismo e a participação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI);
- Reconhecimento da resiliência dos povos indígenas e seu papel no enfrentamento das crises socioclimáticas;
- Garantia do direito aos territórios indígenas e a efetivação de políticas de gestão territorial e ambiental dos territórios já reconhecidos no Rio Grande do Sul;
- Garantia de políticas para reparação e melhoria das condições de moradia e infraestrutura comunitária (abastecimento de água, estradas, rede de energia elétrica, sistema de comunicação, entre outros);
- Fortalecimento das estratégias dos próprios indígenas e apoio financeiro para proteção e garantia do seu direito à alimentação, produzido pelas famílias e dentro dos seus territórios;
- Garantia de políticas de transferência de renda não reembolsável e de fomento para apoio, fortalecimento e valorização do artesanato indígena.

ANEXO

- **Lista de municípios em decreto de calamidade com aldeias indígenas**

Bento Gonçalves
Cachoeira do Sul
Cachoeirinha
Caxias do Sul
Charqueadas
Cruzeiro do Sul
Eldorado do Sul
Estrela
Guaíba
Lajeado
Pelotas
Porto Alegre
Rio Grande
Santa Maria
São Leopoldo

Legenda:

Etnia Guarani	Etnia Kaingang	Etnia Guarani e Kaingang	Etnia Charrua, Guarani e Kaingang
---------------	----------------	--------------------------	-----------------------------------

- **Lista de municípios em situação de emergência com aldeias indígenas**

Bagé
Barra do Ribeiro
Benjamin C.do Sul
Caçapava do Sul
Cacique Doble
Camaquã
Canela
Canguçu
Capela de Santana
Capivari do Sul
Constantina
Cristal
Engenho Velho
Erechim
Erval Seco
Estrela Velha
Farroupilha
Faxinalzinho
Gentil
Gramado dos Loureiros
Iraí
Lajeado do Bugre
Liberato Salzano

Maquiné
Mariana Pimentel
Mato Castelhano
Nonoai
Palmares do Sul
Passo Fundo
Planalto
Redentora
Rio dos Índios
Riozinho
Rodeio Bonito
Ronda Alta
Salto do Jacuí
Santo Ângelo
São Gabriel
São Francisco de Paula
São Miguel das Missões
São Valério do Sul
Sertão
Tabaí
Tenente Portela
Três Palmeiras
Viamão
Vicente Dutra

Legenda:

Etnia Guarani	Etnia Kaingang	Etnia Xokleng	Etnia Guarani e Kaingang
---------------	----------------	---------------	--------------------------